



## PODER

# Gilmar rebate críticas sobre ativismo do STF

Decano da Corte enfatiza que os ministros agem quando há "omissão inconstitucional" e cita, como exemplo, as medidas adotadas pelo tribunal para que a população fosse imunizada durante a covid-19 ante "um governo negacionista"

» DENISE ROTHENBURG\*  
Enviada Especial  
» EDUARDA ESPOSITO

ALOISIO MAURICIO/ESTADÃO CONTEÚDO



Gilmar: "A democracia constitucional significa ter limites. É preciso ter essa noção, e foi isso que, de alguma forma, o tribunal fez, impondo limites"

São Paulo e Brasília — O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), rebateu críticas ao suposto ativismo da Corte e deu uma resposta velada ao colega **André Mendonça**, que, em evento no Rio de Janeiro, na sexta-feira, defendeu a "autocontenção" do Poder Judiciário. De acordo com o decano, a democracia também exige limites, e a Corte é que deve garantir o cumprimento deles. Gilmar mencionou, por exemplo, a ação dos ministros durante a covid-19.

Ele lembrou que, na pandemia, houve "um embate muito sério, porque nós tínhamos um governo negacionista". E destacou ter sido o Supremo que determinou que as regras da Organização Mundial da Saúde (OMS) tinham de ser aplicadas. "Governadores, prefeitos, bateram à porta do Supremo para dizer: 'O governo federal está dificultando a ação'. E o Supremo lhes deu razão. Pasmem os senhores: o Supremo teve de determinar o início do processo de imunização. É uma liminar do ministro Lewandowski. Já tínhamos vacina, já tínhamos a possibilidade, portanto, de imunizar a população e salvar vidas; não obstante, o governo querelava com isso, sob a direção, no Ministério da Saúde, do general Pazuello. A mim parece que o tribunal tem sido um sustentáculo em determinados momentos", disse, em São Paulo, durante seminário do Esfera Brasil. "Uma parte dessas acusações que são feitas ao STF — 'ah, o tribunal é ativista ou hiperativista' — vem nesses casos de omissão inconstitucional", acrescentou.

Após o evento, em entrevistas, Gilmar reiterou que, se o Supremo não tivesse agido durante a pandemia da covid-19, ordenando que o governo federal comprasse as vacinas, o número de óbitos no Brasil poderia ter sido muito maior. "Se nós tivéssemos sido contidos durante a pandemia, muito provavelmente nós não teríamos tido só 700 mil mortos; teríamos muito mais. Acabei de dar o exemplo da decisão do ministro Lewandowski, que mandou que comprassem vacinas. Alguém pode dizer: 'Mas isso fere a divisão de Poderes'. Mas nós não permitimos que isso aconteça. Certamente tem muita gente que antipatiza conosco — mas que

### Mendonça x Moraes

No evento, Mendonça disse que "em vez de fortalecer a democracia, o ativismo (judicial), a uma só vez, é sintoma e causa do seu enfraquecimento". Horas depois, no mesmo evento, o ministro Alexandre de Moraes deu uma resposta velada a Mendonça: "Só um Poder Judiciário independente é respeitado. O respeito se dá pela independência. Um Judiciário vassalo, covarde, que quer fazer acordos para que o país momentaneamente deixe de estar conturbado, não é um Judiciário independente", enfatizou. "E, no Brasil, é um Judiciário independente. Eu posso garantir que no Brasil o Judiciário é independente e é corajoso", sustentou.

teve a família e parentes salvos graças a essa ação — e vai dizer 'ativista do tribunal'. Ativismo, não; isso tem total respaldo na Constituição, que consagra o direito à saúde", declarou.

Conforme enfatizou Gilmar, "a democracia não é um espaço livre em que todos possam fazer o que quer". "A democracia constitucional significa ter limites. É preciso ter essa noção, e foi isso que, de alguma forma, o tribunal fez, impondo limites. Ou na esfera das chamadas fake news, ou na esfera digital, tentando dizer: quem presta serviço no Brasil tem que se ater às leis brasileiras. Isso é algo comum", destacou. "Ainda ontem ouvia uma manifestação de um autor estrangeiro reconhecendo que a democracia brasileira é uma democracia vital, que nós estamos hoje em uma situação muito mais forte e representativa do que muitas democracias, até então, tradicionais", completou.

Sobre a troca de farpas entre Mendonça e o ministro Alexandre de Moraes, no evento de

sexta-feira, Gilmar disse que não comentaria o caso em si, mas lembrou a própria orientação do ministro Luís Roberto Barroso, presidente da Corte. "É um esforço que todos temos feito a partir do próprio presidente Barroso. Nós não podemos perder a noção de unidade e institucionalidade. A Corte é forte como instituição. Acho que construímos; isso é reconhecido hoje por pesquisadores internacionais, uma das Cortes mais reconhecidas e poderosas do mundo. Cumpre um papel importantíssimo na preservação da democracia, e isso precisa ser preservado", afirmou.

Também a respeito de Moraes, o magistrado afirmou não haver justificativa plausível para a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro por parte do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. "Não tem nenhuma justificativa para a aplicação dessa legislação contra Alexandre de Moraes ou contra qualquer outro colega que está cumprindo as suas funções. E, certamente, se houver necessidade, a jurisdição

brasileira vai se manifestar", argumentou. "Não preciso lhes dizer que nós, a maioria do tribunal, inequivocamente suportamos e apoiamos integralmente o ministro Alexandre. Tenho a impressão de que a ampla maioria do tribunal tem reconhecimento e percepção de que, talvez, nós não estivéssemos aqui hoje se não fosse a ação dele, de sua liderança à frente desses diversos inquéritos", elogiou.

Questionado sobre quais ações a Justiça brasileira poderia tomar caso os ministros sejam retaliados pelo julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro — réu por tentativa de golpe de Estado, e que será julgado a partir de 2 de setembro —, Gilmar disse que os magistrados ainda não conversaram sobre o assunto.

"Não cogitamos retaliações dos Estados Unidos; a nossa vida segue normal e vamos cumprir o nosso papel que a Constituição quer que nós exercemos. Essas questões, vamos considerar no âmbito da nossa jurisdição no Brasil, se houver algum tipo de provocação", frisou.

**A maioria de nós, no tribunal, inequivocamente, apoiamos integralmente o ministro Alexandre. Tenho a impressão de que a ampla maioria do tribunal tem reconhecimento e percepção de que, talvez, nós não estivéssemos aqui hoje se não fosse a ação dele, de sua liderança à frente desses diversos inquéritos"**

**Gilmar Mendes,**  
decano do STF

"É claro que há uma politicidade, uma politização dessa temática toda; agora, é absolutamente anômalo tentar mudar uma decisão judicial ou colocar em negociações econômico-financeiras ou comerciais a capacidade de deliberação de uma Corte sobre assuntos internos de nosso próprio interesse", reafirmou o ministro.

Gilmar ainda destacou que a Europa tem revisto sanções a outros países e que poderá haver, no futuro, algo para reverter a decisão do governo norte-americano. "A Europa hoje discute a questão das chamadas leis antiembargos contra Cuba e Irã, mas nós precisamos refletir sobre isso e dialogar com os atores econômicos e políticos que têm negócios com os Estados Unidos e que podem sofrer algum tipo de restrição. Eu acredito que, em algum momento, isso tudo vai passar, porque este é um grande equívoco", acrescentou.

**\*A jornalista viajou a convite do Esfera**

## Contra sanções, AGU contrata defesa nos EUA

» VICTOR CORREIA

A Advocacia-Geral da União (AGU) está contratando um escritório de advocacia norte-americano para atuar contra o tarifaço e outras sanções impostas ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos. A informação foi publicada inicialmente pelo jornal o Estado de S. Paulo e confirmada pelo **Correio** com a própria AGU.

"A Advocacia-Geral da União (AGU) está finalizando a contratação de um escritório de advocacia para atuar nos Estados Unidos administrativa e judicialmente em defesa do Estado brasileiro no âmbito das sanções impostas pelo governo norte-americano", disse o órgão, em nota.

A AGU tem como atribuição defender os interesses da União dentro e fora do país — ou seja, é autorizada a contratar advogados em outros países, seguindo a regulamentação brasileira.

O governo brasileiro quer contestar judicialmente as sanções impostas pelos Estados Unidos ao Brasil. O advogado-geral da União (AGU), Jorge Messias, colocou o órgão à disposição para atuar contra a aplicação da Lei Magnitsky contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por enquanto, Moraes negou a oferta e disse aguardar uma resolução diplomática e negociação para a crise antes de recorrer judicialmente. Não há, porém,

Ascom AGU



O AGU, Jorge Messias: em defesa dos interesses do Brasil nos EUA

expectativa de que as sanções sejam amenizadas.

O governo dos EUA acusa Moraes de "detenções arbitrárias" e "supressão de liberdade de

expressão", acusações baseadas em decisões tomadas pelo ministro contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), réu por tentativa de golpe de Estado.

## Prazo para a PGR emitir parecer sobre Bolsonaro

» DANANDRA ROCHA  
» WAL LIMA

A Procuradoria-Geral da República (PGR) tem até amanhã para se manifestar sobre as explicações da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro a respeito do descumprimento de medidas cautelares determinadas pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Após o parecer da PGR, Moraes decidirá se serão impostas novas restrições a Bolsonaro. Na semana passada, o ministro exigiu esclarecimentos da defesa sobre três pontos principais: descumprimento das medidas cautelares, suposto planejamento de fuga do país e reiteração de condutas ilícitas.

Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foram indiciados pela Polícia Federal por tentarem interferir no andamento do processo da tentativa de golpe. A corporação aponta que ambos agiram de forma coordenada para pressionar ministros do STF e parlamentares.

Segundo o relatório da PF, áudios extraídos do celular de Jair Bolsonaro indicam articulações com Eduardo e com o pastor Silas Malafaia para intimidar autoridades e influenciar rumos da investigação, buscando favorecê-los, na tentativa de evitar condenações.

Do outro lado, os advogados de Bolsonaro contestam o relatório da PF, argumentando que há "vazios de indícios" e pediram que a prisão domiciliar do ex-presidente seja revista.